



ACÓRDÃO Nº815/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11284/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Tapauá
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Paulo Adnael Andrade de Almeida (Ordenador de Despesa) e Câmara Municipal de Tapauá
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3367/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tapauá. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** à Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tapauá, relativo ao Exercício Financeiro de 2015 na Gestão do Senhor **Paulo Adnael Andrade de Almeida**, Presidente e Ordenador de Despesas, no exercício de 2015, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas "b" e "c" da Resolução nº 04/2002;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Paulo Adnael Andrade de Almeida**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá, exercício de 2015, no valor de **R\$ 17.536,50**, (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), em conformidade com o previsto no art. 54, incisos II, § 2º, da Lei nº. 2.423/96, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelas impropriedades descritas nos subitens 7.1.1.1 a 7.1.1.3, 7.2.1.1 a 7.2.1.3, 7.3.1.2, 7.4.1.2, 7.5.1.1 a 7.5.1.3, 7.6.1.1 a 7.6.1.3, 7.7.1.2, 7.8.1.1 a 7.8.1.3, 7.9.1.1 a 7.9.1.3, 7.10.1.1 a 7.10.1.3, 7.11.1.2, 7.12.1.1 a 7.12.1.3, 7.13.1.1 a 7.13.1.3 e 7.14.1.2 do Relatório Conclusivo da DICOP e itens 1, 2, 3, 4, 5, 11 "b", 12, 13 e 14 do



ACÓRDÃO Nº815/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Relatório Conclusivo da DICAMI;

10.2.1. **FIXE** o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Paulo Adnael Andrade de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá, exercício 2015, recolha os valores da multa que lhe fora aplicada, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “a”, da Lei n. 2423/96;

10.2.2. **AUTORIZA**, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002-TCE;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Tapauá que:

a) seja fixado em Lei Específica os subsídios dos vereadores da Câmara Municipal de Tapauá (**RESTRIÇÃO Nº 5** do Relatório Conclusivo DICAMI, fls. 460);

b) seja observado nos procedimentos licitatórios com intuito de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos que estabelece a Lei de Licitação nº 8.666/93 (**RESTRIÇÃO Nº 10.1** do Relatório Conclusivo DICAMI, fls. 462/465);

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Agosto de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº815/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral